

Vidas escolares entrecruzadas por itinerários migratórios: cultura e identidade de nordestinos no triângulo mineiro

Sauloéber Tarsio de Souza
Daiane de Lima Soares Silveira

Resumo

O artigo resulta de pesquisa cujo enfoque foi a relação entre os processos migratórios de indivíduos originários dos estados da região Nordeste do Brasil e os impactos gerados em suas vidas escolares. Boa parte desses migrantes buscava, especialmente, oportunidades de trabalho; quase sempre, em troca de sua subsistência, eles rumavam para os novos espaços de sociabilidade, levando consigo seus traços culturais e sua identidade, que seriam confrontados aonde chegassem, como no Triângulo Mineiro, espaço de observação desta pesquisa, no período entre as décadas de 1950 e 2000. Tal recorte tem relação com os principais fluxos migratórios para essa região, que era apresentada como o novo “Eldorado brasileiro”, motivando esses fluxos que, inicialmente, eram gerados pela cultura de grãos e depois pela de cana-de-açúcar. Nos anos de 1950, os migrantes se estabeleciam nas fazendas, aonde, em muitos casos, chegavam em condição de servidão por dívida, atrelada ao seu deslocamento. Um pouco a frente, esses trabalhadores rurais passariam a viver nas cidades, desenvolvendo novas relações nos bairros, nas igrejas, no comércio, nos postos de saúde e nas escolas, superando resistências relativas ao seu pertencimento étnico-cultural, uma vez que todos aqueles que carregavam o sotaque do Nordeste constituíam população marginalizada, especialmente quando adentravam as escolas rurais ou citadinas, momento em que, em geral, ocorria a primeira interdição, com a negação de seu sotaque. Assim, buscamos observar essas relações entre esses grupos no interior das escolas mineiras; para tanto, utilizamos, sobretudo, o recurso à fonte oral.

Sauloéber Tarsio de Souza

Universidade Federal de Uberlândia – UFU
E-mail: sauloeber@gmail.com
ID <https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>

Daiane de Lima Soares Silveira

Universidade Federal de Uberlândia – UFU
E-mail: daianelss@hotmail.com
ID <https://orcid.org/0000-0002-8607-4937>

Recebido em: 12/07/2019
Aprovado em: 09/05/2020

Palavras-chave: Escolarização. Migração. Identidade Cultural. Nordeste. Minas Gerais.



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e66232>

Abstract

School lives intersected by migratory itineraries: culture and identity of the Northeastern people in the Triângulo Mineiro

The article results from research whose focus was on the relationship between the migratory processes of individuals originating in the states of the Northeast region of Brazil and the impacts generated in their school lives. Most of these migrants were especially looking for work opportunities, almost always in exchange for their subsistence, moving towards new spaces of sociability, taking with them their cultural traits and their identity that would be confronted wherever they arrived, as in the Triângulo Mineiro, a space for observation of this research in the period between the 1950s and the 2000s. Such a cut is related to the main migratory flows to this region that was presented as the new Eldorado Brasileiro, motivating those flows that were initially generated by the grain culture and later that of sugarcane. In the 1950s, migrants settled on the farms where, in many cases, they arrived in a condition of bondage by debt linked to their displacement. A little ahead, these rural workers would live in the cities, developing new relations in the neighborhoods, churches, commerce, health posts, and schools, overcoming resistances related to their ethnic-cultural belonging, since all those who carried the accent of the Northeast constituted a marginalized population, especially when they entered rural or urban schools, at a time when, in general, the first interdiction occurred with the denial of their accent. Thus, we seek to observe these relationships among these groups within the schools of Minas Gerais, for that, we use, especially, the interviews.

Keywords:

Schooling;
Migration;
Cultural Identity;
Northeast; Minas Gerais.

Resumen

Vidas escolares entrecruzadas por itinerarios migratorios: cultura y identidad de nordestinos en el Triángulo Mineiro

El artículo resulta de investigación cuyo enfoque fue la relación entre los procesos migratorios de individuos originarios de los estados de la región Nordeste de Brasil y los impactos generados en sus vidas escolares. Una buena parte de estos migrantes buscaban, especialmente, oportunidades de trabajo, casi siempre a cambio de su subsistencia, hacia los nuevos espacios de sociabilidad, llevando consigo sus rasgos culturales y su identidad que se enfrentarían a donde llegar, como en el Triángulo Mineiro, espacio de observación de esa en el período entre las décadas de 1950 y 2000. Tal recorte tiene relación con los principales flujos migratorios para esa región que era presentada como el nuevo “Eldorado Brasileño”, motivando esos flujos que, inicialmente, eran generados por la cultura de granos y después por la de caña de azúcar. En los años 1950, los migrantes se establecieron en las granjas donde, en muchos casos, llegaron en condiciones de esclavitud por deudas vinculadas a su desplazamiento. Un poco más adelante, esos trabajadores rurales pasarían a vivir en las ciudades, desarrollando nuevas relaciones en los barrios, iglesias, comercio, puestos de salud y escuelas, superando resistencias relativas a su pertenencia étnico-cultural, ya que todos aquellos que cargaban el acento del Nordeste constituyan población marginada, especialmente, cuando adentraban las escuelas rurales o urbanas, momento en que, en general, ocurría la primera interdiccción con la negación de su acento. Así, buscamos observar esas relaciones entre esos grupos en el interior de las escuelas de Minas Gerais, para eso, utilizamos, sobre todo, del recurso a la fuente oral

Palabras clave:
Escolarización;
La Migración;
Identidad
Cultural;
Nordeste; Minas Gerais.

Introdução

A Ilusão do Migrante

Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.

Os morros, empalidecidos
no entrecerrar-se da tarde,
pareciam me dizer
que não se pode voltar,
porque tudo é consequência
de um certo nascer ali.

Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.

Que carregamos as coisas,
moldura da nossa vida,
rigida cerca de arame,
na mais anônima célula,
e um chão, um riso, uma voz
ressoam incessantemente
em nossas fundas paredes.

Novas coisas sucedendo-se
iludem a nossa fome
de primitivo alimento.
As descobertas são máscaras
do mais obscuro real,
essa ferida alastrada
na pele de nossas almas.

Quando vim da minha terra
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu, enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente enganado,
enganoso.
(Carlos Drummond de Andrade)

O poema do mineiro Carlos Drummond de Andrade tem como temática o sentimento peculiar a quem um dia tomou a decisão de deixar sua terra natal e rumar para novos espaços de convívio. Trata-se da impossibilidade de negar as próprias raízes; o vazio para alguns e a saudade para outros. Tal sentimento acompanha todos aqueles que acreditaram na *ilusão* de que seria possível sair de seu espaço de origem, abandonando, em definitivo, as *fundas paredes* ou driblando a *rígida cerca de arame*, as quais emolduram a vida de tantos indivíduos que, cotidianamente, buscam o *primitivo alimento*, num esforço de diminuir as distâncias – o vazio – e aplacar a *ferida alastrada na pele*.

Ao decidir por deixar a região Nordeste do país, ou outros lugares, motivadas por diferentes fatores, tantas pessoas – milhões de almas – carregaram consigo as suas *coisas nas mais anônimas células* e, ao se deparar com as *novas coisas*, passaram a ter sua cultura e identidade confrontadas nos espaços de destino, como no Triângulo Mineiro, lócus de nossa observação e reflexão neste texto. Uma das motivações deste trabalho surgiu a partir de nossas andanças pelo país, mergulhados no processo de se *perder no espaço*, ao longo das quais nos deparamos com outras histórias de vidas, marcadas por itinerários migratórios; não, porém, quaisquer vidas, mas vidas ligadas a um dos processos migratórios de maior impacto sobre a história brasileira: os fluxos originados dos estados da região Nordeste.

Em boa parte, esses fluxos tiveram como principal motivação as questões de ordem econômica. Fenômenos semelhantes ocorrem desde a América Portuguesa, com a transferência de grandes contingentes de indivíduos, liberados das plantações de cana-de-açúcar em decorrência da diminuição dessa produção, que rumaram para as regiões mineradoras dos estados de Minas Gerais e Goiás. Mais à frente, os fluxos migratórios dos nordestinos tiveram como destinos a região da borracha na Amazônia¹ e as plantações de café na região Sudeste. No entanto, a grande rota foi estabelecida com o processo de industrialização de São Paulo, a partir da primeira metade do século XX, somada a episódios de grandes secas no Nordeste, potencializando o caráter de expulsão populacional da região, que já penava com a decadência de sua economia. De acordo com Pompeu Sobrinho (1982, p. 15):

Na primeira metade do século XX, o Nordeste experimentou 4 secas calamitosas, nos anos de 1915, 1919, 1932 e 1942. À meia centúria, que se iniciara sob a influência da terrível seca de 1900, terminou nas vésperas de um quinto flagelo clímico, que se desenrolou, mais ou menos acentuado, de 1951 a 1953.

Outro dado importante para compreendermos as grandes mudanças pelas quais o Brasil passou durante o século XX é a inversão na relação entre população urbana e rural ocorrida no período de 1940 a 1970, em que a primeira, de minoritária, passou a majoritária. Esse grande êxodo do homem do campo, motivado pelo sonho de prosperar na cidade e ter acesso a serviços públicos como saúde e educação, acabou por gerar imensos problemas sociais, tais como a favelização de grandes centros urbanos, a ampliação dos índices de violência, o desemprego, o analfabetismo, etc.

Neste trabalho, buscamos observar alguns dos impactos desse deslocamento sobre os processos de escolarização de seus protagonistas, uma relação pouco abordada nos estudos científicos. Assim, analisaremos o objeto deste trabalho em perspectiva sócio-histórica, de forma que, na primeira parte do texto, enfocaremos brevemente a história da região do Triângulo Mineiro e a presença do migrante nordestino nessas paragens, dando ênfase aos ciclos econômicos baseados na produção de grãos e da cana-de-açúcar, que atraíram mão de obra barata e de identidade cultural peculiar – o nordestino –, gerando, desde o início, estranhamentos entre os *estabelecidos* e os *outsiders* (HALL, 2009). Na segunda seção, trataremos especificamente da questão relativa à vida itinerante desses indivíduos e dos impactos sobre o processo de sua escolarização, destacando as táticas de que se utilizaram para se inserirem nas escolas rurais ou citadinas, momento em que, em geral, ocorria a primeira interdição de cunho étnico-cultural,² a partir da negação do sotaque nordestino, de maneira que o migrante deveria demonstrar resiliência, a fim de salvaguardar a sua escolarização, o que nem sempre acontecia.

Nesta seção, utilizamo-nos do recurso à fonte oral, já que optamos por privilegiar, nesta pesquisa, as ‘vozes’ silenciadas pela história oficial, especialmente as das minorias, como as mulheres, os camponeses, os operários e os iletrados, caso de muitos dos migrantes que chegavam ao Triângulo Mineiro nos grandes fluxos desencadeados a partir de 1950. Segundo Alberti (2008, p. 166):

Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de “histórias dentro da história”, que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a “hierarquia de significações historiográficas” [...]. Outros campos nos quais a História oral pode ser útil são a História do cotidiano [...]; Histórias de comunidades, como as de bairro, as de imigrantes, as camponesas etc., podendo inclusive auxiliar na investigação de genealogias; História de instituições, tanto públicas como privadas; registro de tradições culturais, aí incluídas as tradições orais, e História da memória.

Acreditamos que a utilização da fonte oral neste trabalho foi adequada à natureza do objeto: migrantes nordestinos, muitos dos quais iletrados e, na maioria dos casos, viajando com poucos objetos pessoais, sem nenhum registro de sua história pregressa. Assim, tratamo-los por ‘vozes silenciadas’, já que, mesmo que a sua presença tenha sido decisiva para o desenvolvimento econômico da região, a sua participação nesse processo se manteve praticamente invisível: “Não encontramos com freqüência [sic] o migrante nordestino nas páginas dos jornais, com exceção de algumas notícias sobre a seca no Nordeste, breves notas sobre a sua Associação, artigos denunciando o tráfico de trabalhadores ou nas colunas policiais” (SILVA, D., 1997, p. 16).

Das Alagoas às Gerais: a construção identitária do migrante no Triângulo Mineiro

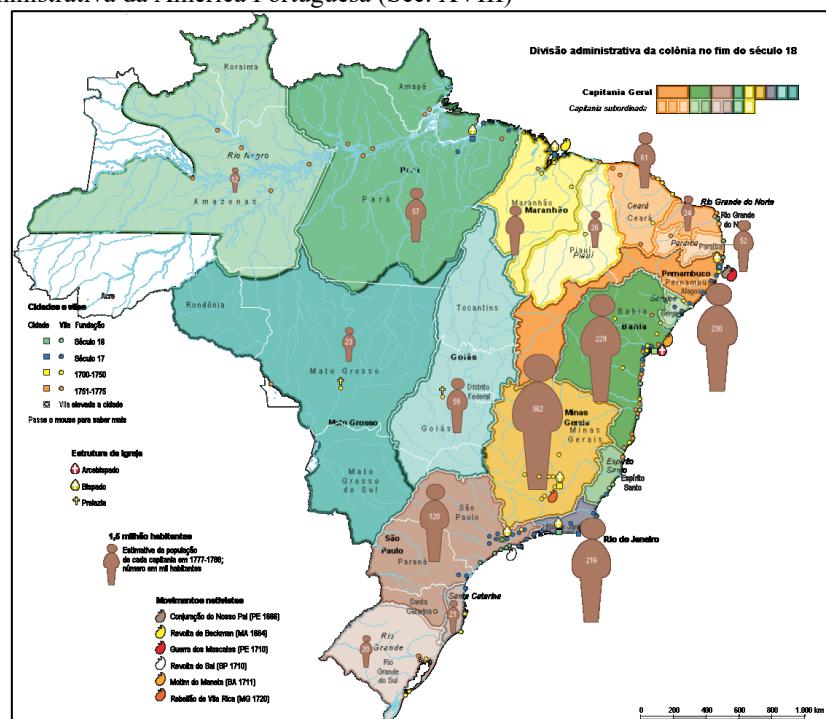
Em sua origem, habitavam o Brasil centenas de povos nômades e seminômades, que buscavam em seu meio a sobrevivência diária; migrantes por natureza, deslocavam-se daqui para ali, ocupando os espaços

sem as rígidas fronteiras políticas, mas subordinados aos obstáculos naturais, de forma que apenas seguiam o *fluxo das águas*.³

Desnecessário discutir que tal cenário foi amplamente modificado com a chegada dos povos colonizadores, em especial pela presença portuguesa, que, sedenta por riquezas naturais, fez de Minas Gerais um território marcado pela diversidade, pela dor dos que foram trazidos para o trabalho nas lavras de ouro, distantes de sua terra natal, e pela expulsão dos povos ancestrais que viviam nas regiões de mineração. A diminuição da produção do ouro em Minas Gerais fomentou o avanço dos colonos pelos sertões brasileiros em busca de novas possibilidades de enriquecimento, de maneira que, gradativamente, a região que estudamos neste trabalho foi ocupada ainda no século XVIII. Assim, ao longo do período colonial, o atual Triângulo Mineiro era conhecido como Campo Grande e fazia parte do território de Goiás:

O movimento de expansão da sociedade colonial para os sertões a oeste de Minas Gerais foi marcado, na década de 1730, pela abertura de caminhos que ligavam São João Del Rey Vila Boa de Goiás – a picada de Goiás. Ela cortava a Comarca do Rio das Mortes, o alto do Rio São Francisco, Serra da Canastra e adentrava no atual Triângulo Mineiro para sair no sul de Goiás. (MANO, 2015, p. 524).

Figura 1 – Divisão Administrativa da América Portuguesa (Séc. XVIII)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (2016).

Há relatos da existência de vários quilombos nesta região mineira, mesmo antes do estabelecimento dos colonizadores, cujos habitantes viviam em colaboração com os indígenas da etnia Caiapó:⁴

Ainda em 1769, o regente de campo Ignácio Correa Pamplona notifica um grande número de quilombos: “Parti de Piauhy seguindo o rumo do norte [...] dois dias de jornada cheguei a estância de São Simão e [...] desde esta estância de São Simão athé a demarcação de Sam Paulo e Goyaz [...] sabia de sete quilombos”. Em sua maioria, essas comunidades eram descritas como “grande

povoação dos mesmos prettos [...] com bananais, laranjeiras [...] e muito algodão”; “alguas 500 ou 600 pessoas [...] seis alqueires de milho”; “e que havia hum que só ele tinha mais de duzentos”. Ainda que não abrigassem apenas negros fugidos, mas também pretos forros, homens livres pobres e índios, essas povoações grandes e estáveis que são documentadas como quilombos do Campo Grande só podem ser pensadas com base na coexistência de três fatores: um grande contingente populacional, uma estrutura organizativa interna e uma rede de relações e alianças com sujeitos de outras camadas da sociedade colonial. (MANO, 2015, p. 526).

Os negros estabeleceram relações de convívio com os caiapós com o objetivo de se defender contra a ação dos colonos, fato registrado pelos memorialistas, como a referência que Antônio Silva (2001) faz à política mineira, que, desde 1741, contratava mercenários para eliminar os quilombolas do Triângulo Mineiro, região chamada de Sertão da Farinha Podre⁵ pelos *entrantes*. O autor destacou ainda a atuação do bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado, que promoveu carnificinas autorizadas pelos governantes, destruindo os quilombos na parte baixa do Rio Sapucaí.

Como podemos observar pela rápida exposição de fatos acima, a população do Triângulo Mineiro se compôs por itinerários migrantes, que conformaram a cultura local por meio da soma das contribuições da etnia caiapó (‘gentios’), dos negros (‘calhambolas’) e dos colonos portugueses (‘entrantes’), cada qual com seus objetivos específicos, uns lutando pelo direito à sobrevivência e outros pelo sonho da prosperidade, em busca do ‘Eldorado’, que lhes traria a riqueza a qualquer custo.

Avançando pela história dessa região, destacamos outro fator expressivo para a diversidade cultural no Triângulo Mineiro, que foi a chegada da ferrovia, com o objetivo de escoar a produção agrícola, em especial a do café:

A ferrovia chegou ao Triângulo Mineiro pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, nascida em 1872, por iniciativa de um grupo de fazendeiros paulistas, para escoar a produção cafeeira. Inicialmente na província de São Paulo, a Companhia recebeu concessão para expandir seus trilhos por Minas Gerais e Goiás. Em 1889, os trilhos ferroviários foram inaugurados em Uberaba, seis anos depois em Uberabinha e, no ano seguinte, em Araguari. (DANTAS, 2017, p. 214).

Tal fator foi fundamental para a ampliação do contingente populacional da região, uma vez que a ferrovia não só levava os produtos agrícolas mas também trazia migrantes e produtos vindos de São Paulo. Assim, entre o fim do século XIX e o início do século XX, o Triângulo Mineiro testemunhou o surgimento de várias cidades, pequenos povoados que se constituíram, gradativamente, em expressivos núcleos urbanos, como São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia), que em 1888 foi elevada à condição de município, desvinculando-se administrativamente da jurisdição de Uberaba.

No mesmo ano de emancipação da cidade – 1888 – na Assembleia Legislativa Provincial, tramitavam treze requerimentos de vilas mineiras pleiteando o reconhecimento como município autônomo. Em um contexto mais amplo, as transformações vigentes no país, como a abolição da escravidão e o movimento republicano, ressoaram em várias partes do território, contribuindo com as aspirações por autonomia local. (DANTAS, 2017, p. 221).

Após o advento da ferrovia, que impulsionou o desenvolvimento do Triângulo Mineiro, outro momento de grande crescimento da região foi a construção de Brasília, durante a segunda metade da década

de 1950. A nova capital federal atraiu dezenas de milhares de migrantes em busca de oportunidades de trabalho na grande obra. Assim, uma das rotas para o Planalto Central se dava por meio das cidades triangulinhas, como Uberaba, Uberlândia e Araguari, que fortaleceram seu comércio e sua agricultura:

A construção de Brasília marcou a cidade de Uberlândia nas décadas de 1950 e 60. Ao transferir a capital para o Planalto Central, Juscelino Kubistchek direcionou o crescimento e a expansão do país para o Oeste. Se os focos de desenvolvimento do país estavam concentrados nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, o caminho mais acessível de qualquer desses lugares para Brasília teria que, necessariamente, passar por Uberlândia. Assim a vocação comerciante da antiga Uberabinha [...] é ainda mais intensificada e a cidade torna-se realmente um entreposto entre o velho polo produtor e o novo mercado consumidor. Além disso, a produção agropecuária do município também cresce para atender a população crescente do Planalto e com esse aumento, chega à industrialização para somar-se mais ao processo desenvolvimentista. (UBERLÂNDIA, 2010, p. 20-21).⁶

Na nova capital federal, o trabalho na construção civil atraiu muitos migrantes nordestinos; contudo, parte desses indivíduos, utilizando-se da nova rota migratória, seguiram também para as lavouras do Triângulo Mineiro, atividade com que estavam familiarizados. Vejamos alguns dados sobre a ampliação da produção de grãos, sobretudo do arroz e do milho, no pontal de Minas Gerais:

Tabela 1 – Produção agrícola no Município de Ituiutaba (1955 e 1966-1967)

Culturas Agrícolas	Unidade	Produção		Diferença (%)
		1955	1966/1967	
Arroz	Saco 60 kg	600 000	2 600 000	333,00
Milho	Saco 60 kg	400 000	1 500 000	275,00
Algodão	Arroba	200 000	340 000	70,00
Mandioca	Tonelada	44 000	35 000	(20,50)
Feijão	Saco 60 kg	50 000	40 000	(20,00)
Laranja	Cento	300 000	–	–
Banana	Cacho	200 000	–	–

Fonte: Jóbio Silva (2012, p. 70).

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

A migração para o Triângulo Mineiro era estimulada por notícias em rádios e jornais, que difundiam a região como o ‘novo Eldorado’, bem como pelas cartas enviadas aos parentes e amigos pelos trabalhadores já estabelecidos na região. Assim, surgiu a atividade do ‘agenciador de mão de obra’, responsável por intermediar mineiros e nordestinos.

Nesse movimento inicial, os primeiros migrantes rumavam diretamente para as fazendas da região, sem saber o seu destino nem as condições que os esperavam: “Assim como não escolhiam o patrão, também não escolhiam o tipo de serviço que iam executar. O destino do sujeito só era conhecido quando chegava na fazenda e começava a trabalhar” (SILVA, D., 1997, p. 133). Boa parte do trabalho de destocar o cerrado para as plantações de grãos no Triângulo Mineiro foi feita pelos migrantes nordestinos, habituados a

trabalhos duros em sua terra de origem. O povo saído da região árida do Seridó (interior do Estado do Rio Grande do Norte) parecia estar bastante adaptado a esse tipo de atividade, já que estava acostumado a “enfrentar a rude luta com a natureza” (MEDEIROS, 1980, p. 20)

Porém, pouco a pouco, esses migrantes foram saindo das fazendas “[...] em busca da cidade e do estudo para os filhos e, depois, com a crise na agricultura, provocada pelas estiagens no final dos anos 60 e início de 70” (SILVA, D., 1997, p. 101). Foi ao longo dos anos de 1970 que outro fator importante surgiu, estimulando novo fluxo migratório a partir da região Nordeste: a crise do petróleo, cuja consequência seria um novo impulso para a produção de cana-de-açúcar, com o objetivo de produzir álcool:

Após as crises de produção do petróleo, o Brasil se viu dependente das políticas externas e percebeu que a base energética fundamentada nesse recurso não renovável podia submeter o país a um contexto de crise econômica. Com o intuito de diversificar as fontes energéticas, o país criou, em 14 de novembro de 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). (BRITO; REIS, 2012, p. 170).

A produção da cana foi se ampliando paulatinamente, até que, em fins dos anos de 1980, com a diminuição do preço do petróleo, ocorreu crise de produção do álcool, cuja recuperação só seria alcançada na década seguinte. Em vista disso, o espaço dessa produção seria reforçado no Centro-Sul do país, ao passo que, na região Nordeste, perderia força, criando os fluxos migratórios temporários⁷ no sentido Nordeste-Sudeste-Nordeste: “Segundo dados, a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo e Minas Gerais aumentou, enquanto que, nos dois principais estados produtores da região Nordeste, ocorreu uma retração, naquela década” (CARVALHO, 2009, p. 65).

Assim, entre os anos de 1950 e 2000, é possível observar dois formatos diferentes de fluxos migratórios nessa região de Minas Gerais:

a) entre os anos de 1940 até fins dos anos de 1960, boa parte dos indivíduos migrou acompanhando o êxodo rural em massa, muitos não retornariam a sua terra de origem, já que as viagens nesse período, no “pau-de-arara”, demoravam semanas e em condições precárias. Além disso, com o tempo, a segunda geração dos migrantes se enraizou, experimentando algum grau de ascensão social. b) a partir dos anos de 1970, há um refluxo dos migrantes, relacionado à queda nas atividades agrícolas, mas, a partir da década de 1980, com o plantio da cana-de-açúcar, tem início a migração temporária, ligada ao período da safra [...]. Esse tipo de migração foi facilitado pelo avanço do setor de transportes, cujas viagens passaram a ser feitas em excursões de ônibus, além da pavimentação dos caminhos percorridos entre as regiões. (SOUZA, 2012, p. 658).⁸

Aos poucos, os nordestinos “Espalharam-se por essa vasta região, trazendo seu modo de vida, sua linguagem, estabelecendo diferenças, que deram origem a interpretações variadas, gerando explicações, conceitos e preconceitos” (SILVA, D., 1997, p. 8). Com seus hábitos e costumes marcantes, especialmente pelo uso da *peixeira na cintura*, os nortistas – paus-de-arara, barrigas-verdes, Caicós, como eram chamados – ficaram conhecidos pelo perfil de gente perigosa, que deveria ser tratada com cautela e mantida à certa distância.

De acordo com Dalva M. Silva (1997, p. 133): “[...] os nordestinos eram pessoas simples, analfabetas, de costumes e hábitos rudes e que habitavam o interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba”. Contudo, com a produção da cana, vieram outros grupos de migrantes dos demais estados da região Nordeste, especialmente os alagoanos, muito embora, na região que os recebeu – o Triângulo Mineiro –, continuassem a ser vistos como uma massa indistinta, alvo de preconceito étnico-cultural por conta de sua origem e da peculiaridade da sua cultura:

A discriminação por origem regional é um tema ainda pouco estudado nas ciências sociais brasileiras. Embora a migração nordestina tenha sido sociologicamente investigada em diversas ocasiões, a maioria dos trabalhos relaciona-se à urbanização, à integração ao mercado de trabalho e à participação política. (NÓBREGA, 2007).

A *invenção* do Nordeste, a qual buscava designar uma região brasileira com cultura singular, processou-se a partir do início do século XX, de maneira que, antes, o país conhecia apenas a dicotomia Norte e Sul, por isso, até os anos de 1970, os nordestinos ainda eram chamados de *nortistas*. Assim, o Nordeste “[...] surge na ‘paisagem imaginária’ do país, no final da primeira década deste século [XX], substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, [...] fundado na saudade e na tradição” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 65).

Essa empreitada foi produzida por várias mãos e também por meio do discurso das elites política, letrada e tradicional do país: “O sentimento, as práticas e os discursos regionalistas que iriam dar origem à região que conhecemos, hoje, como Nordeste, emergiram entre as elites ligadas às atividades agrícolas e agrárias tradicionais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 90).

A construção de tal ideário começou atrelada ao fenômeno das grandes secas (especialmente, a partir de 1877-79), que colaboraram para a crise da economia regional, atingindo lavouras, rebanhos, além de escravos e homens pobres, o que fomentou a ideia de flagelo associada ao *atraso*. No entanto, os efeitos negativos dessa seca foram além e chegaram também aos setores médios: “Ela, pela primeira vez, atinge com intensidade setores médios dos proprietários de terras, com a falência de alguns, a morte ou necessidade de migração para outros” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007 p. 92).

No final do século XIX, a imprensa estava em processo de organização e iniciou tarefa consistente de divulgação das informações pelo país, buscando a integração nacional e difundindo sentimentos nacionalistas, ao mesmo tempo em que se definiam estereótipos regionais. Dessa maneira, o flagelo da seca nordestina passou a ocupar o debate tanto na imprensa do Sul quanto nas esferas de poder da nação, ganhando espaço em discursos inflamados, especialmente de políticos do Norte, que os proferiam no plenário, a fim de denunciar a situação e clamar por recursos para aplacar o sofrimento daquela região (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007): “O que afirmamos é que o Nordeste quase sempre não é o Nordeste tal como ele é, mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado. Ele é uma maquinaria de produção, mas, principalmente, de repetição de textos e imagens” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 311).

Enquanto espaço regional, vemos que o Nordeste surgiu como uma categoria destinada a abarcar toda a diversidade cultural da região; obviamente, uma obra pretensiosa da modernidade, portanto sujeita a grandes generalizações. No esforço de construir uma tradição nordestina, tal ação foi articulada tanto no âmbito da cultura quanto no da política. A imprensa do Sul promovia excursões exploratórias aos estados do Norte, divulgando suas impressões peculiares, que, muitas vezes, classificavam os costumes da população local como estranhos e bizarros. O Nordeste nascia, portanto, a partir do olhar do outro, mas não de qualquer olhar: o ponto de referência estava no centro do país. São Paulo e Rio de Janeiro marcavam o que era diferente ou não, a modernidade *versus* o atraso, o arcaico opondo-se ao novo, a falta de raiz. A imprensa fomentava o estigma apoiada na imagem do nordestino enquanto povo flagelado, faminto, fanático em sua religiosidade e também violento.

Como vimos, desde o final do século XIX, a diferenciação entre Norte e Sul já era presente em discursos inspirados no paradigma naturalista, que passava pela discussão da raça e do meio social, reafirmando as diferenças regionais. Oliveira Vianna, Paulo de Moraes Barros e Dionísio Cerqueira atuaram nesse sentido, classificando o nordestino como um povo de formação racial degenerada, física e intelectual, a partir de sua ‘ciência’, que, no lado oposto, projetava a superioridade de São Paulo, valorizando os seus elementos europeus: “A superioridade de São Paulo era natural, e não historicamente construída. O Nordeste era inferior por sua própria natureza, sendo o ‘bairrismo paulista’ uma lenda” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 44).

Foi em 1919 que o termo Nordeste foi utilizado oficialmente para designar o espaço de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs), de maneira que o tema seca, desde o início, constituiu a imagem nordestina, passando a ser o problema de todas as províncias na Primeira República. Em ação política, na então capital federal, no Estado da Guanabara, foi incluído na Constituição Federal de 1891 o artigo 5º, que tornava obrigatório a ajuda às áreas de flagelo, às quais a União deveria destinar verbas especiais. O resultado dessa institucionalização da seca nordestina, aos poucos, garantiu espaço cativo no aparelho de Estado aos grupos políticos do Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

O acirramento de interesses entre Norte e Sul, além das ações discriminatórias por parte dos sulistas, que buscavam excluir os agricultores do Nordeste no Congresso Nacional, fez com que, em 1920, surgisse o Bloco do Norte, cujo objetivo era garantir espaço para a região na política nacional. Uma das primeiras ações dessa agremiação dos estados do Norte foi a realização do Congresso de Produtores de Açúcar, em Recife, no mesmo ano em que se denunciavam o Sul e seus “privilégios em relação ao café”, com certo tom separatista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Em 1924, foi fundado o Centro Regionalista do Nordeste, que promoveu ações de ordem cultural, classificadas de tradicionalistas e regionalistas, buscando estabelecer as raízes da região. Assim, em 1926, aconteceu o Congresso Regionalista do Recife, de caráter artístico-cultural e político, do qual participaram

os estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe, com o intuito de forjar o sentimento de ‘patriotismo regional’. Urgia parir as origens primitivas do nordestino, entendidas enquanto verdadeiras por parte de artistas e intelectuais vinculados a esse movimento cultural, que, a partir da invenção de uma tradição, estabeleceria um equilíbrio entre a velha e a nova ordem, com o objetivo de mudar algo, porém mantendo as tradições e perpetuando privilégios; rearticulando-as para novas finalidades, mas garantindo os lugares sociais estabelecidos.

O medo de não ter espaços numa nova ordem, de perder a memória individual e coletiva, de ver seu mundo se esvair, é que leva à ênfase na tradição, na construção deste Nordeste. [...] Ao optar pela tradição, pela defesa de um passado em crise, este discurso regionalista nordestino fez a opção pela miséria, pela paralisia, mantendo parte dos privilégios dos grupos ligados ao latifúndio tradicional, à custa de um processo de retardamento cada vez maior de seu espaço, seja em que aspecto nos detenhamos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 76).

Tais reflexões demonstram que a *invenção* do Nordeste ignorou sua diversidade cultural; assim, a multiplicidade de figuras peculiares daquela região foi reduzida a uma identidade única, que buscava a essencialidade do nordestino, algo inatingível, um dado imaterial de grande valor e riqueza, sobre o qual Albuquerque Júnior (1999, p. 316) afirmou: “existem diferentes formas de ser nordestino”. Desse modo, a redução da cultura nordestina acabou por trazer dificuldades aos migrantes que fugiam das suas precárias condições de vida. A ideia de flagelados, miseráveis e violentos fomentava preconceitos e estigmas contra o nordestino, e a engrenagem do processo cultural e político contribuía para forjar os estereótipos, especialmente quando chegavam às zonas migratórias receptivas, como o Triângulo Mineiro.

É importante reconhecer que a problemática da identidade não é um dado claro e de fácil identificação; tal categoria não é essência imutável, mas, ao contrário, tem caráter móvel e está claramente ligada à diferença, de maneira que identidade e diferença são produzidas nas relações culturais: “A identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, T., 2009, p. 81).

Dessa maneira, o estabelecimento de diferenças entre *nortistas* e mineiros conformou a identidade do migrante que chegava à região do Triângulo Mineiro, e o simples fato de o indivíduo ser originário da região Nordeste já era motivo para que se lhe levantassem muros, hierarquizando-se a relação decorrente do encontro desses grupos culturais:

O preconceito quanto à origem geográfica é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desniveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar, no campo religioso e nos campos dos costumes e das ideias. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 11).

É possível inferir que a identidade nordestina dos migrantes foi reforçada quando da chegada deles ao Triângulo Mineiro, mas, em especial, pelo fato de saírem dos guetos e ousarem ocupar espaços públicos destinados aos *estabelecidos*, como praças, vagas em concursos, postos de saúde e, sobretudo, em instituições escolares, foco das nossas reflexões. Desde o princípio, estabeleceu-se uma visão preconceituosa em relação a eles, como veremos adiante.

Vidas escolares e itinerários migratórios no Triângulo Mineiro

No Triângulo Mineiro, as trajetórias migratórias dos nordestinos exerceram grande impacto sobre suas vidas escolares. É a respeito desse episódio dos processos migratórios que passaremos a dissertar, por meio de depoimentos obtidos ao longo de alguns anos de pesquisa,⁹ os quais representam os dois tipos de migrações registradas na região: às vinculadas ao êxodo rural em massa, a partir dos anos de 1950, e às vinculadas à migração temporária, a partir dos anos de 1980.

Como vimos anteriormente, o estigma atrelado ao termo nordestino, historicamente construído a partir do olhar do outro sobre aquela região, seria um muro invisível e previamente instalado entre os *de fora* e os *estabelecidos* nos locais aonde chegavam esses migrantes. Na dura realidade da seca do sertão nordestino, as dificuldades eram imensas, porém a odisseia migratória não era menos desafiadora; montados nas carrocerias de caminhões, a viagem era uma grande prova de resistência para homens, mulheres e crianças, conforme depoimento de migrante que chegou ao Triângulo em 1958:

Não sei quantas família veio, mas veio umas 40, 50 pessoas nesse caminhão com a família. Família; não era gente solteira. Se tinha, [era] um ou dois. Era família. E nessa viagem, nós veio [pausa] dormindo na estrada, dormindo dentro desse caminhão, dormindo debaixo das árvore, dormindo, dormiu na beira do Rio São Francisco. É... Comendo farinha com carne assada ou queijo. Fazendo um arroz com farinha, um feijão com farinha. Nove dia e meio até chegar aqui no Capinópolis! A viagem foi [pausa], por aí, sofrida demais. Em cima de um banco de madeira, um banco de pau, em cima daquilo. Não tinha rodovia, não tinha estrada, era só buraco. (PACHECO, 2013, informação oral).¹⁰

Após exaustivos dias de viagem, o migrante se defrontava com a realidade de seu novo espaço. A condição de servidão por dívida eraposta antes mesmo de embarcarem em sua terra natal; vejamos o depoimento de migrante que aportou em Minas, no ano de 1952: “[...] tinha gente que ficava dois anos pra pagar a conta pro fazendeiro, porque o fazendeiro dava arroz, dava feijão, dava comida e tudo, e nunca que essa conta vencia” (RIBEIRO, 2010, informação oral).¹¹

A questão da alimentação foi recorrente nas falas dos colaboradores da pesquisa, uma memória ligada ao enfrentamento da fome:

Agora, a alimentação era precária. [...] Eu lembro que eles matava vaca e falava pro meu pai assim [...]. Aqueles mocotó da vaca, [...] o meu pai cortava aquilo com o machado, saía aqueles tutano [...]. Minha mãe punha aquilo cozinhar numa panela e tirava aquela banha por cima [...] e punha farinha e mexia até mesmo! E fazia nós comer. [...] Osso, osso de vaca, osso que hoje em dia vai

pro lixo, [...] e antigamente era a comida que o nordestino tinha pra comer. (ARAÚJO, 2013, informação oral).¹²

A família de Araújo migrara no ano de 1953 para Minas Gerais. Além da alimentação precária, os locais de moradias nas fazendas também impactavam os migrantes, que, em muitos casos, improvisavam o seu teto ou o local onde colocavam suas redes, como no depoimento de Carvalho (2010), que migrou no mesmo ano de Araújo: “*Até arrumar a casa, eles ficaram acampados dentro do curral, sabe. Armava a rede... assim. Nossa senhora!*” (informação oral). Também vemos o estranhamento cultural no depoimento de Borges (2013), que chegou ao Triângulo Mineiro no ano de 1960:

Aí a gente chegou lá [na fazenda], nós nunca tinha visto a casa de pau-a-pique né, porque lá [Nordeste], nas fazendas, tem, mas num é igual aqui. É, pode ser de pau-a-pique, mas eles é muito caprichoso, põe barro nas paredes, barreia, fica parecendo uma casa de tijolo, ninguém vê. Aí chegou aqui num tinha porta, as porta era os pau, tinha que entrar pra dentro e ficar passando os pau pra... [risos], então nós achou diferente demais. (BORGES, 2013, informação oral).¹³

O trabalho era a prioridade para os migrantes nordestinos, tanto em sua terra de origem quanto no novo destino. Na zona rural, para onde se encaminhavam muitas famílias de migrantes, ou na cidade, a necessidade de contribuir para o sustento da casa interferia nos destinos da escolarização desses indivíduos, especialmente dos meninos.¹⁴

É preciso ressaltar que os índices educacionais dos estados da região Nordeste eram piores do que os das demais regiões brasileiras, como informa o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016): em 1950, apenas 4,97% da população acima de 10 anos tinha o ensino elementar completo, 1% terminava o ensino médio; e 0,14%, o ensino superior. Em relação ao analfabetismo, 74,80% dos nordestinos eram analfabetos, enquanto em Minas Gerais esse índice era de 61,76%.

A precária condição de vida da maior parte dos migrantes era o principal fator que afastava os seus filhos das instituições escolares, que, nesse período, eram em número insuficiente até mesmo para atender à demanda dos mineiros. Dessa maneira, cada ano de estudo agregado à realidade da infância migrante era uma vitória a ser comemorada; em alguns casos, os próprios fazendeiros contratavam um professor para lecionar nas suas terras, como atesta o depoimento de um migrante que chegou a Minas Gerais no ano de 1950:

Mas ele [o fazendeiro] trouxe, levou da cidade aqui um professor que chamava-se Telésfogo Ribeiro, um professor que não lecionava mais, mas era um professor que lecionou no colégio Santa Tereza, é um ser inteligente, um véio muito inteligente, muito bom. Então ele lecionava pra nós lá na fazenda. Numa escola feito com tábua, né? A casa lá [era] feita de tábua, então as ruinhas ali, o círculo vizinho ali, tudo, os meninos morava nas outras fazendas vinha. Tinha duas, duas aulas por dia, uma de cedo e outra na parte da tarde. Cedo era da fazenda, na parte da tarde era os outros, né? Das outras fazendas. (GOUVEIA, 2013, informação oral).¹⁵

Mesmo existindo diversos relatos de migrantes que conseguiram se escolarizar, as dificuldades eram muitas; como vimos, a prioridade era o trabalho, embora as crianças frequentassem as escolas, ainda que com limitações, evidentemente:

Nós ia em cinco irmão pra escola, o caderno era um só pra nós cinco. O livro era um só pra nós cinco, certo? Era aquelas cartilha é [pausa]. Eu esqueci o nome da cartilha, que uma coisa mais bonita que era. Não sei o que do povo. [...] Ia com um lápis, eu escrevia, depois ele escrevia. Não dava pra todo mundo. (PACHECO, 2010, informação oral).

Na seção anterior, vimos que os processos migratórios desde sempre fomentaram conflitos, tensões e também acomodações no encontro entre as culturas envolvidas, como aponta Albuquerque (2007, p. 14):

Os processos migratórios e imigratórios, que já no passado ocasionaram tensões, conflitos e proporcionaram a emergência de preconceitos e visões pejorativas sobre dados grupos humanos e sobre os lugares de onde provinham, parecem ser, hoje, um dos principais motivos da emergência de visões preconceituosas e até mesmo racistas em relação a algumas populações.¹⁶

A maior parte dos migrantes chegava em estado de penúria, no entanto algumas poucas famílias se estabeleceram na cidade desde o início desse processo, trabalhando na atividade de agenciamento de seus conterrâneos e, por conseguinte, em condições melhores de vida, de maneira que seus filhos tiveram oportunidade de estudar em instituições privadas, conforme dá testemunho o relato a seguir:

Tinha aquela história: era quatro; três pagava, uma não pagava, e mamãe foi trabalhando e pagando nosso estudo. Então nós estudamos a vida inteira em escola particular, que era o Santa Tereza, uma escola de freira. [...] Fiquei um ano no Marden, mas eu não me adaptei com a escola, aí fui lá pro Machado de Assis. Aí lá eu fiz o segundo grau. [...] Nessa chegada minha, quando você vai pra uma escola que é de um nível aquisitivo alto, e também por você ser um migrante, havia uma pequena rejeição das pessoas em cima da gente. Então o nordestino era visto como um intruso nessa época. Então, assim, o povo te olhava meio assim, [...] você se sentia um pouco assim, de lado, entendeu? Até as pessoas adaptarem com você, te aceitar, eu acho que a gente [pausa]. Eu sofri um pouco com isso, entendeu? Havia rejeição do mineiro em cima do nordestino. (SANTOS, 2010, informação oral).¹⁷

A hierarquização dessa relação entre os nordestinos e os mineiros colocava os segundos em posição de superioridade sobre os primeiros, mesmo quando estes conseguiam se equiparar social e materialmente aos mineiros. Dessa maneira, o preconceito advinha da origem geográfica, como afirma Albuquerque Júnior (2007, p. 127): “Creio que as elites nordestinas, quando sofrem preconceito, esse advém exclusivamente da origem geográfica, no caso do nordestino das camadas populares, esse preconceito vai ser potencializado pelo preconceito de classe”.

Tal hierarquia começava a ser imposta a partir do critério étnico-cultural, que os diferenciava logo de início, assim que os nordestinos estabeleciam diálogos no novo espaço e expunham seus modos de ser, seu sotaque peculiar:

A gente falava muito difícil, a gente já falava muito diferente dos outros, né? Aí nós falava, às vezes a professora falava assim: – “Vocês não fizeram os dever tudo hoje?”. ‘Não, professora, nós não entendeu. Nós não entendeu, nós não sabe como fazer, não tem quem ajuda’. – “Vocês parece que não presta atenção! Tem que observar mais as coisas! Vocês têm que ser mais inteligente, não pergunta!”. Mas nós não tinha quem ajudava nós, você entendeu? Era algum amigo que às vezes

ensinava. A professora regulava muito da gente falar: Eu fui lá. “Nós não foi lá não, só. Nós fomos lá”. Você entendeu?”. Então a gente [pausa], você escutava, procurava aprender, tinha hora que, às vezes, você nem falava nada, com medo. Você tinha tanto medo de falar as coisas erradas que você ficava calado, tinha hora. ‘Sim. Sim, senhora!’. – “Você não ouviu direito, [nome omitido]?”. ‘Não, senhora, não entendi direito. O que a senhora falou mesmo?’. Então o modo de falar já bem puxado, né? Bem diferente a linguagem deles. Mas eu acho assim, muito puxado. (ARAÚJO, 2013, informação oral).¹⁸

No depoimento, vemos que, em muitos casos, os filhos pequenos dos migrantes incorporavam a ideia de que a sua cultura de origem seria *difícil*, estranha e até mesmo bizarra. A ideia de corrigir a fala do nordestino apareceu com frequência nos depoimentos dos sujeitos que vivenciaram os espaços escolares no Triângulo Mineiro. Para Albuquerque Júnior (1999, p. 157), “O sotaque, a escuta da voz podem ser um som familiar que aproxima as pessoas ou provoca estranhamento, separação. Ele funciona como um dos primeiros índices de identificação e também de estereotipia”.

Assim, as reações à negação de suas características étnico-culturais nem sempre eram aceitas passivamente nos espaços escolares, de maneira que, na relação entre os migrantes (*os outsiders*) e os mineiros (*os estabelecidos*), as situações de enfrentamento se manifestavam com frequência:

Mas por que que nós brigava? Nós brigava muito, mesmo, era cada briga horrorosa, de esquina, de correr, de tudo quanto era trem. Nós andava armado. [risos] [...]. Nós apanhava muito por causa das nossas violências. Nós ia pra escola e deixava os porrete escondido. Mas e por quê? Porque nós chegava [pausa], nós, naquela época, chamar de nortista era xingar [pausa]. Era chegar, e eles ficava: – “nortista, não sei o que” [pausa]. Aí nós falava: ‘Deixa!’ Aí, se faziam alguma coisa: – “Foi aquela nortista! Foi as nortista!” Tudo que acontecia na escola era os capeta dos nortistas! Aí os nortista era revoltado. (RIBEIRO, 2010, informação oral).

Em outro depoimento, também vemos o uso da violência como forma de reação às tentativas de interdição dos filhos dos migrantes, considerados diferentes nas escolas do Triângulo. A família deste indivíduo migrou no ano de 1953:

A escola era um pouquinho longe da minha casa. Aí ia eu, [nós] duas [pausa], eu, a mais velha, e a mais nova. Mais os vizinhos, as crianças que tavam indo. A gente ia, estudava, voltava. Tinha umas briguinhas na escola [pausa]. Eu batia em menino [risos] [...]. Eu era custosa. Mas eu era custosa por quê? Porque eles mexiam comigo. [...] Eu saía da escola e tinha alguém escondido na estrada no meio do mato, com máscara, para me assustar. A hora que eu ia passar, eles já pulava em mim, sabe? Aí eu pegava do mesmo jeito. Eu batia, porque eu ficava nervosa demais, não é? (OLIVEIRA, 2013, informação oral).

No Triângulo Mineiro, a hierarquização dessa relação entre *estabelecidos* e *outsiders* (HALL, 2009) seguia uma lógica que operava igualmente em outros destinos do migrante nordestino: a exploração de mão de obra farta e barata, que deveria fomentar o desenvolvimento dessas regiões realizando, em grande parte, as atividades que os naturais rejeitavam, como no caso do destocamento do cerrado em Minas Gerais. Nesse processo discursivo é que se construiu a identidade do migrante nordestino nessa região mineira:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim,

mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesma idade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2009, p. 109).

Os anos se passaram, e novas gerações de migrantes originários do Nordeste rumaram para o Triângulo. Como vimos, a produção da cana-de-açúcar fomentou esse novo fluxo Nordeste-Sudeste-Nordeste. No portal de Minas Gerais, em fins dos anos de 1990 e início do novo milênio, um grupo de nordestinos se destacou pelo expressivo número de migrantes, passando a ser sinônimo de todo indivíduo que migrava daquela região: ‘os alagoanos’, também chamados de ‘papa-calangos’. Assim como os primeiros grupos predominantes, originários dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, os alagoanos passaram a identificar todo nordestino na região, e seus filhos, novamente, foram as personagens de embates culturais nos espaços que passaram a frequentar, como as escolas, por exemplo.

Em projeto de extensão desenvolvido com quatro escolas de um município do Triângulo Mineiro,¹⁹ colhemos alguns depoimentos de profissionais do ensino básico que atendiam os migrantes nordestinos e percebemos certo discurso depreciativo em relação a essas crianças, de forma direta e indireta, classificados como ‘menos capazes’ intelectualmente ou de ‘difícil relacionamento’, quando comparados aos mineiros. Eram atitudes preconceituosas que influenciavam o menosprezo pela escola ou a revolta em relação a esse espaço, prejudicando ainda mais o aprendizado dos migrantes. Em muitos casos, os alunos migrantes, acompanhando o ritmo da safra da cana, chegavam às escolas com o ano letivo já em andamento e voltavam antes do término, impactando a relação ensino-aprendizagem (SOUZA, 2011). Tal situação surgiu na fala de Gomes (2013), migrante alagoana de Teotônio Vilela e mãe de três filhas, que chegou ao Triângulo Mineiro em 1993:

[...] sim, quando elas eram mais criança, muitas vezes eu fui na escola porque [pausa], agora elas ficaram com medo [pausa], porque tem esse negócio de bullying agora [pausa], mas, de primeiro, eu sempre tava indo na escola, porque eles discriminava [pausa]. E olha que elas nasceram aqui, mas eles discriminava elas [pausa], aí, sempre eu ia na escola, porque os meninos falava as coisas, e elas não queria ir pra escola [pausa]. (informação oral).²⁰

O Ministério da Educação realizou pesquisa (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2010) com gestores, professores, técnicos, estudantes e famílias, enfocando a relação entre um ambiente escolar discriminatório e o desempenho escolar dos alunos, ao fim da qual concluiu:

A pesquisa produziu índices sobre discriminação, preconceito e distanciamento social relativo a determinados grupos (negros, idosos, moradores de áreas rurais, pobres, mulheres e homossexuais). As escolas com mais altos índices discriminatórios apresentaram um desempenho escolar pior, independentemente de características locais ou específicas. (BORTOLINI, 2011, p. 35).

Assim, o estudo da dinâmica social entre mineiros e nordestinos, especificamente nos espaços escolares, passa pela observação da histórica hierarquização estabelecida há décadas, cujo critério, na escala social, aponta para a origem dos indivíduos, colocando-os em arenas opostas e dando nova roupagem a esse conflito cultural.

Muitos migrantes chegavam ao Triângulo Mineiro com pouca ou nenhuma escolarização, já que, desde o seu local de origem, a prioridade era o trabalho – quase sempre em idade precoce. E, em muitos casos, continuava sendo no novo espaço, em bairros periféricos, que ganhavam aspectos de guetos em função das redes de sociabilidade que estabeleciam entre si. Depois de adultos, uma parte dos migrantes buscavam oportunidades de estudo em instituições próximas aos locais onde viviam; na maioria das vezes, passavam a frequentar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), retomando seus estudos depois de constituírem família, como no relato a seguir:

[...] eu fiz a 5^a e a 6^a, a 7^a e a 8^a, e o 1º [ano do ensino médio], faz cinco anos que eu voltei a estudar [pausa]. Eu tô fazendo a EJA [pausa]. É o 2º e 3º [...]. Tem uma lá que [pausa] eu conheci ela lá de Alagoas, nós começamos a estudar junto aqui [pausa]. Lá na sala [pausa] tem uns lá que atrapalha [pausa]; até na sexta-feira [pausa], a gente foi reclamar pro diretor [pausa], a gente chega cansada do serviço [pausa] e tem os que vai só pra conversar e fazer barulho, né? Aí não presta atenção. (SOARES, 2013, informação oral).²¹

Em seu depoimento, Soares (2013) revela que sua identidade em Minas Gerais passava pela definição de ‘alagoana’, a marca que estabelecia a diferença e, por consequência, promovia a hierarquia a partir de práticas discursivas bastante específicas a esse encontro cultural. Assim, nos espaços escolares, o estigma era sempre lembrado: “[...] mas antes eles diziam assim: – ‘Nossa! Essa alagoana é toda alvoroçada, conversa demais, quando ela não viste, ela faz falta’ [...]” (SOARES, 2013, informação oral).

Elementos percebidos nas falas dos migrantes de outrora são encontrados nos fluxos migratórios gerados a partir de 1980 e início de 2000. A fome surge de forma avassaladora na fala deste migrante, que saiu de Pernambuco em 1979:

[...] no período de meu pai preso, minha mãe me criava com muita dificuldade, então eu passei muita fome, muita mesmo. Ia dormir sem ter o que jantar. Eu tinha uma vizinha que gostava de dar mingau de maisena pra filha na mureta da minha casa. E eu ficava olhando, e a menina não queria comer, e a mãe insistindo. E eu ali, morrendo de fome. Eu pensava: porque Deus manda comida pra essa menina e não manda pra mim? (SOUZA, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008, p. 57).

Em outro depoimento, vemos o drama de quem toma a decisão de migrar; a situação-limite empurrava os indivíduos para a aventura migratória em nome da sobrevivência: “*Eu dei de graça minha casa, pra poder eu vim pra aqui* [pausa], *que eu já vim decidida: ‘Vou vender essa casa e aqui não volto nunca mais com meus filhos* [pausa]. *Nunca mais!*’. *Era difícil* [pausa]. *Aqui, nós está no paraíso, aqui nós é rico* [...]” (SILVEIRA, 2013, informação oral).²²

Também as condições da viagem continuavam precárias, mesmo que o tempo da viagem tivesse diminuído substancialmente (de 2 semanas para 3 dias), senão vejamos:

Hoje eu sou rico [pausa]; *quando eu olho pra trás, eu sou o homem mais rico do mundo* [pausa]. *Eu saí de Alagoas pra aqui em pé dentro do ônibus, até aqui* [Minas]. *Dezesseis pessoas em pé dentro do ônibus de lá pra cá* [pausa], *tinha uma hora que eu cochilei em pé* [pausa] *e cai dentro do corredor do ônibus de sono, mas tinha que vim trabalha, senão morria de fome lá* [pausa]. *Não é sofrimento?* (SANTANA, 2013, informação oral).²³

A questão da água também surgiu no depoimento de Souza (2008), um dos motivos por ter escolhido Uberlândia para se fixar, após um período na cidade de São Paulo:

Mas o que me chamou a atenção em ficar aqui foi, naquela época, as praças eram lavadas com carro pipa e eu vinha do Nordeste, onde a gente controlava água, lavava tudo com latinha. Eu falei: Olha, é pra cá que eu venho (risos). Essa abundância de água, cidade calma, eu não vi também mendigo, morador de rua, pois em Fortaleza tinha muito. Aí eu falei: É aqui que eu vou ficar. [...] Olha, foi amor à primeira vista pela cidade de Uberlândia. Aqui quando cheguei em 1981 foi diferente de São Paulo. (SOUZA, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008, p. 61).

Além da água, o clima também era um desafio no processo de adaptação ao novo espaço, como vemos no depoimento de Soares (2013), que migrou em 2003 para trabalhar no corte da cana-de-açúcar:

[...] *nossa, isso aqui foi um susto né? Além de ser grande, eu nunca tinha sentido frio* [pausa]. *Nós chegou aqui na época do frio, nós num tinha cobertor, nós num tinha roupa de frio* [pausa], *porque nós num sabia como que era aqui* [pausa]. *Aí eu tinha só um menininho* [pausa], *nossa, mas tremia de frio, tudo tremendo, tudo tremendo. E agora?* [...] *Aí, recebeu muita doação* [pausa]. *Nossa senhora! A gente rachou o corpo todinho* [pausa], *o couro ficou tudo assim de rachado, ressecado* [pausa]. *Até hoje não acostumei* [...]. (informação oral).²⁴

Em outro depoimento, a migrante, que se destinou inicialmente a São Paulo, não conseguia se estabelecer financeiramente naquela cidade, mesmo tendo ensino médio, o que a motivou buscar outro destino, encontrando então Uberlândia:

Sai de lá (Barreiras, Bahia) em 2003 e fui para São Paulo procurar emprego, fui atrás de emprego lá, mas tava difícil. Não consegui nada lá. [...] Fiquei 4 anos morando em São Paulo, morando com meu irmão. Mas já tava querendo mesmo era voltar pra Bahia, porque já tava muito cansada. Pra “mim” sobreviver tava muito complicado, e eu só tinha o ensino médio e exige mais coisa, faculdade e tudo, e eu não tinha nada assim. Aí minha irmã me convidou pra vir morar aqui na casa dela, em Uberlândia. Ela falou: Vem, quem sabe você encontra alguma coisa aqui. (OLIVEIRA, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008, p. 61).

Dois fatores importantes podem ser destacados nesse depoimento: a presença de um familiar da migrante na região – irmã residente na cidade de destino – e, principalmente, o fato de frisar, em sua fala, a falta de nível superior, o que a condenaria a exercer trabalhos precários na cidade de São Paulo, de maneira que os nordestinos continuavam como nos anos de 1950, em déficit educacional quando comparados às demais regiões brasileiras.

Destacamos outro dado que nos remete à ideia do preconceito étnico-cultural, ainda existente nos dias atuais, de maneira que o nordestino, mesmo galgando posições de destaque socialmente, igualando-se aos estabelecidos (mineiros) e, principalmente, ousando ocupar seus espaços de poder, acabava também sofrendo discriminação, como é o caso de uma professora universitária:

Eu já [sofri preconceito], e muito, aqui mesmo dentro da universidade. Por exemplo, quando eu fiz o Mestrado na [Universidade Estadual de Campinas] Unicamp e terminei na [Universidade de Brasília] UnB. [...] Porque, é assim, eles se sentem especiais, dentro do contexto acadêmico. Então, ah, era o pior preconceito que você pode imaginar que é o preconceito velado, dos risinhos de quando você fala, de achar que você não vai conseguir. O esforço nosso é triplo, porque você acaba tendo que ser o melhor em tudo, melhor que os outros, entendeu? [...] Eu sofri muito na UnB essa questão

do preconceito, e não fui eu só, não. Eu acho que ainda existe, aqui dentro mesmo na [Universidade Federal de Uberlândia] UFU. (SILVA, 2008 *apud* ARAÚJO, 2008, p. 66).

A ideia de nordestino flagelado, miserável, causador de situações vexatórias e perigoso, que deveria ser mantido a distância, perpassou gerações e continuou a se manifestar contra os novos grupos migrantes vindos daquela região, como bem expressa o depoimento de Silva (2008 *apud* ARAÚJO, 2008, p. 81):

Eu estava em uma loja comprando, aí chegou uma senhora com uma criança nos braços e outro senhor. E a moça que estava me atendendo me pediu para aguardar um pouco porque ela ia despachar aquele povo que estava entrando na loja. Aí ela foi, despachou e eu não entendi na hora o porquê, aí depois ela voltou e me disse assim: “eu fui lá pra despachar esse povo porque eles tão com cara de ser nordestino e eles entram assim e não compram nada, só querem roubar”.

Percebe-se, pelos depoimentos, que o enfrentamento da herança discriminatória erguida na relação entre os migrantes e os estabelecidos foi constante no movimento de resiliência dos nordestinos.

Considerações Finais

É preciso reafirmar que a identidade do nordestino nasce no Triângulo Mineiro ou nos outros espaços em que aportavam, com seus hábitos e costumes peculiares. Até então, eram apenas paraibanos, baianos, alagoanos ou rio-grandenses-do-norte. Foi nestes espaços de destino que se forjaram os novos papéis e a hierarquia social se normatizou – ou foi colocada em xeque gradativamente –, alterando as relações desses sujeitos sociais.

Como demonstrou Albuquerque Júnior (1999, p. 314): “O que se chama hoje de ‘cultura nordestina’ é um complexo cultural, historicamente datável [...]”; assim, também a diversidade das relações estabelecidas entre os migrantes e os mineiros foi de grande complexidade, alterando-se permanentemente.

No Triângulo Mineiro, assim como em outras regiões brasileiras, o migrante nordestino foi utilizado em diversas frentes de trabalho, enquanto mão de obra abundante e barata, de maneira que era tolerado como força de trabalho, no entanto, em muitos espaços, nem sempre era bem-vindo, e os atritos e confrontamentos surgiam com frequência, como no comércio, em espaços de lazer e nas escolas.

Algumas ações dos migrantes eram reações às discriminações vividas no cotidiano, como a criação da Associação da Colônia Nordestina, nos anos de 1960, na cidade de Ituiutaba, MG, cujo presidente, Cristóvão José de Ribamar, elegeu-se vereador nas eleições de 1962, bem como a criação da Associação dos Nordestinos em Uberlândia (Anudi), fundada em 1989, cujo objetivo era a construção de um espaço onde as práticas culturais dos migrantes pudessem ser recriadas, como forma de preservar sua identidade étnico-cultural.

É preciso salientar que as duras condições de vida dos migrantes eram decisivas para determinar ou não seu acesso e de seus filhos às instituições escolares no Triângulo Mineiro. A necessidade de sobrevivência, com a prioridade no trabalho, assim como as interdições e resistências ao jeito de ser dos nordestinos eram fatores de expulsão das escolas, muito embora o enfrentamento e a resiliência de muitos

deles colaborassem para a aceitação nas instituições escolares, fomentando, em alguns casos, a construção de escolas de convivência e diálogo diante da diversidade de sujeitos portadores de concepções até mesmo antagônicas, mas que passaram a entender a educação como direito, e a escola como espaço público. Por fim, é preciso compreender que

Somos um país de nômades e migrantes, como somos e fomos desde o princípio um País de degradados, desterrados, aventureiros, imigrantes, sertanistas, deportados e sequestrados, o que nos tornou este País e esse povo aberto e receptivo a todos os que chegam, venham de onde vierem, mas que também marcamos a todos com estigmas, estereótipos ou preconceitos, maneira de lidar com estas diferenças, de torná-las compreensíveis, de reduzir o estranhamento, de domar o medo do desconhecido, que podem não aparecer como grandes movimentos xenófobos ou racistas organizados e militantes, mas que envenenam nosso dia-a-dia [sic] e se manifestam e explodem, muitas vezes na pequena querela do cotidiano. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 87-88).

Assim, nossa proposta de investigação sobre a relação entre migrantes nordestinos e a escolarização nessa região mineira objetivou a valorização da diversidade étnico-cultural, buscando superar a invisibilidade dos *outsiders* diante da história *estabelecida* (HALL, 2009), já que muito da riqueza local foi construída pelas mãos dos nordestinos, esses homens e mulheres desterrados que buscaram burlar o vazio de *um chão, um riso, uma voz familiar e ressoam incessantemente*, como escreveu Drummond.

Notas

¹ O romance *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, faz referência à região Amazônica como destino popular para os migrantes nordestinos que fugiam do flagelo da grande seca de 1915: “E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-branca que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho, nessas estradas de barro ruivo, semeado de pedras, por onde eles trotavam trôpegos se arrastando e gemendo [...]” (QUEIROZ, 2004, p. 12). Outras obras literárias abordam a luta do homem nordestino diante das intempéries climáticas que assolavam a região, tais como *Os Retirantes* (1879), de José do Patrocínio; *A Bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos; *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto, entre outras.

² Sobre esse conceito, assim afirmou Kreutz (1999, p. 80): “A identidade étnico-cultural não é uma realidade muda, ela é fonte de sentido e de construção do real, mesmo se marginalizada. Os processos culturais são conflitivos e, em cada etnia, há uma história de luta pela determinação de suas metas e valores”.

³ Segundo Prous (2002, p. 7): “Quando se estudam os habitantes do Brasil antes da chegada dos portugueses, é preciso inicialmente lembrar que o país é uma criação política recente, cujas fronteiras atuais não correspondem a limites entre as populações pré-históricas, exatamente como hoje existem índios Guarani tanto em parte do Brasil quanto no Paraguai. Durante um bom período da pré-história, os moradores da bacia amazônica devem ter sido muito mais isolados das populações do Sul brasileiro que estes dos grupos que ocupavam os pampas argentinos”.

⁴ Sobre a colaboração entre indígenas e quilombolas no Triângulo Mineiro, assim afirmou Mano (2015, p. 524): “Área de ocupação e perambulação do ‘gentio Cayapó’, esses quilombos parecem não ter sido atacados, como de costume era o que faziam esses índios com seus outros. Ao contrário, há indícios de ter havido trocas mútuas, ações conjuntas e alianças entre os ‘gentios’ e os ‘calhambolas’”.

⁵ Segundo os registros mais remotos, a origem do nome Sertão da Farinha Podre se originou de expedição de 1807 rumo ao Goiás, quando os ‘entrantes’ marcaram o caminho depositando alimentos secos no chão para orientar o seu retorno, assim, ao desenterrarem os fardos de farinha de milho próximos a um ribeirão, encontraram-nos apodrecidos (BACELAR, 2003).

⁶ A ligação entre as regiões do Triângulo Mineiro e o Nordeste pode ser bastante remota. O garimpo no Rio Tejuco, ao longo dos anos de 1930, trouxera alguns migrantes pioneiros, porém a migração em massa aconteceu mesmo a partir dos anos 1950 e 1960, com o advento das excursões para o Nordeste, organizadas por donos de pensões e agenciadores (SILVA, D., 1997).

⁷ Para Albuquerque Júnior (1999, p. 152), “A melhoria dos transportes e dos meios de comunicação, como: correios, jornais de circulação nacional e, principalmente, a presença do rádio como o grande veículo de comunicação de massas

desde a década de trinta, torna as notícias das oportunidades no Sul, constantemente propagandeadas por governos e instituições interessadas na atração desta mão de obra, um estímulo crescente para a migração”.

⁸ Em seu início, a partir dos grandes fluxos dos anos de 1950, era muito comum os homens migrarem sozinhos e, após se estabelecerem na região mineira, mandarem buscar seus familiares, contudo esse perfil se alterou com o fenômeno da migração temporária, quando a maior parte dos migrantes passou a ser constituída por homens (solteiros ou casados) que deixavam suas famílias no Nordeste e, após o fim da safra, retornavam para seu local de origem, movimento facilitado pelos avanços nos meios de transportes.

⁹ Coletamos cerca de três dezenas de entrevistas entre os anos de 2010 e 2014, em cidades do Triângulo Mineiro e também dos estados nordestinos do Rio Grande do Norte e de Alagoas. Utilizamos algumas delas neste artigo, as demais foram utilizadas em outras publicações, decorrentes das atividades dos projetos ‘Migração e educação escolar em Ituiutaba: reflexões sobre a dinâmica cultural entre tijucanos e nordestinos’ e ‘Educação escolar e migração no Pontal Mineiro: a Escola Municipal Nadime Derze Jorge como espaço Multicultural’, edital com interface entre extensão e pesquisa, e do projeto de pesquisa ‘Das Alagoas às Gerais: migrantes nordestinos e escolarização no Pontal do Triângulo Mineiro (anos 1950 a 2000)’, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2009-2012), e também em textos de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e dissertações de Mestrado. Os nomes dos entrevistados são fictícios, em observância à política do Comitê de Ética da instituição (Protocolo nº 15361113.7.0000.5152).

¹⁰ PACHECO, L. B. **Entrevista VII.** [abr. 2013]. Ituiutaba, MG, 2013.

¹¹ RIBEIRO, J. C. **Entrevista II.** [abr. 2010]. Ituiutaba, MG, 2010.

¹² OLIVEIRA, F. M. **Entrevista VI.** [abr. 2013]. Ituiutaba, MG, 2013.

¹³ BORGES, M. F. **Entrevista III.** [jan. 2013]. Ituiutaba, MG, 2013.

¹⁴ O acesso à escola por parte dos migrantes variava de acordo com o gênero, de maneira que, em geral, as meninas e mulheres avançavam na escolarização de forma mais célere do que os homens, muito ligados às atividades laborais extremas, dificultando a frequência à escola. Para saber mais, veja: Silveira e Souza (2019).

¹⁵ GOUVEIA, C. **Entrevista V.** [abr. 2013]. Capinópolis, MG, 2013. E sobre a estrutura física da escola da fazenda em que estudou, Ribeiro (2010) afirmou: “*Era tudo junto dos que aprendia a ler até a quarta série. Não tinha sinal, não tinha nada, né? [...] As escolas também era de chão batido. [...] E as paredes da escola, tudo de madeira. E os pais dos alunos é que sempre vinham dar uma reforma na escola, dar uma ajudadinho nas coisas. E aí a professora batia uma palma, aquela palma era pra saber que tava [pausa], pra nós nos preparar pro recreio* (informação oral).

¹⁶ Sobre o estranhamento étnico-cultural, assim afirmou um dos depoentes: “*Rapaz, os mineiros, de primeiro, quando chegava lá, os mineiros achava que nós não era brasileiro, não. [...] Aquilo era tudo cismado [pausa], cismado! [...] Os primeiro que foi, que nem o tio meu, embarcado num navio pro Rio de Janeiro, [...] nesse tempo é que eles achava que os nortista não era brasileiro, não, meu fio [...]*” (FEIJÓ, 2011, informação oral). E também no depoimento de Gomes (2013): “*Eu me sentia assim [pausa], num sei, [pausa] assim, muito com vergonha, [pausa] não sabia falar, não sabia conversar com os outros, entendeu? Pessoa ignorante. Aí fui pegando amizade, eu fui conversando, encontrei muita gente boa aqui [...]*” (informação oral).

¹⁷ SANTOS, A. Z. **Entrevista I.** [mar. 2010]. Ituiutaba, MG, 2010.

¹⁸ A situação inversa também foi revelada no depoimento de Gomes (2013), que, em visita a Alagoas com sua filha, nascida em Minas, assim falou sobre o estranhamento entre as culturas: “[...] aí ela falava: – ‘O sotaque daqui [Minas] eles achava bão’ [pausa], eles ria [pausa], eles acha diferente, bonito, né? [...] Aí, às vezes, também ela falava alguma coisa, aí eles falava: – ‘Nossa, cê fala errado demais, muito feio o que você fala, não é desse jeito. Eles corrigia, né? [...]’”.

¹⁹ Projeto de extensão intitulado ‘Migração e educação escolar em Ituiutaba: reflexões sobre a dinâmica cultural entre tijucanos e nordestinos’, desenvolvido na cidade de Ituiutaba, MG, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

²⁰ GOMES, I. A. **Entrevista IX.** [jul. 2013]. Monte Alegre, MG, 2013.

²¹ SOARES, A. N. **Entrevista XI.** [jul. 2013]. Monte Alegre, MG, 2013.

²² SILVEIRA, M. Q. **Entrevista X.** [jul. 2013]. Monte Alegre, MG, 2013.

²³ SANTANA, C.V. **Entrevista IV.** [fev. 2013]. Capinópolis, MG, 2013. E também: “*Tinha canto que só era mato, mato, mato [pausa], pra não passar nos posto policial [pausa]. Tinha medo, né? Diz o povo – eu não sei, não – que os ônibus era, tipo, clandestino [pausa], ficava preso na Bahia [...]*” (SOARES, 2013, informação oral). Em outro depoimento, Silveira (2013, informação oral) relatou sua saga para vir com seus filhos: “*Eu vou pra lá [Minas], meu marido tá lá, por que que eu não vou? [...] Só tem seis filho [pausa], só tem uma vaga: o que você vai fazer com seis meninos? [...] Vai tudo numa móia [...]. Tudo pequeninho, num tinha um maior do que o outro [...]. O meu maior, ele tinha 14 anos, o meu mais véio [pausa], mas num era ninguém não, era deste tamainho [...]. Mas eu sofri tanto no caminho [pausa]; teve um momento que eu queria pegar os dois meninos que eu trazia nos braços e jogar [pausa], de tanto que eu sofri [...]. Os dois pequenos, eles só mamava [...], e os outros eu comprava um marmitex e dividia um pra dois [...]. Na hora de dar banho era um Deus nos acuda!?*”

²⁴ SOARES, A. N. **Entrevista XI.** [jul. 2013]. Entrevistadora: Monte Alegre, MG, 2013.]

Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. Fontes orais. In: PINSKY, Carla Bassanezí *et al.* (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**. As fronteiras da discordia. São Paulo: Cortez, 2007.
- ARAÚJO, Ilze A. **Experiências de migrantes nordestinos em Uberlândia**: estranhamentos, preconceitos e estratégias de pertencimento. 2008. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- BACELAR, Winston K. A. **Os mitos do Sertão e do Triângulo Mineiro**: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade. Uberlândia: Composer, 2003.
- BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Ano Xi, nº 123, p. 27-37, ago. 2011. ISSN 15-19-6186. Disponível em: <https://bit.ly/3lbWLUE>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BRITO, Jorge Luís Silva; REIS, Lais dos. Mapeamento das áreas de conversão do uso da terra para cana-de-açúcar na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 41, p. 170-186, mar. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2RdrMdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CARVALHO, Eduardo Rozetti de. **Transformações socioterritoriais do capital sucroalcooleiro em Iturama, Pontal do Triângulo Mineiro**. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- DANTAS, Sandra Mara. Três cidades, um projeto: a modernidade no Triângulo Mineiro. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 212-232, ago./dez. 2017. ISSN 1984-9036. DOI: DOI: <http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v10i2.633>.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Pesquisa mostra que preconceito na escola existe e prejudica rendimento. **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 20 jan. 2010. Disponível em: <http://wwwfea.usp.br/noticias.php?i=268>. Acessado em: 20 mar. 2019.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 107, p. 79-96, jul. 1999. ISSN 0100-1574. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200003>.
- MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das Minas. Contatos e identidades. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 511-546, maio/ago. 2015. ISSN 1982-4343. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000200009>.
- MEDEIROS, José A. B. de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico, 1980.

NÓBREGA, Ricardo. Cultura, política, memória e subjetividade: ‘baianos’ e ‘paraíbas’: notas sobre a discriminação contra migrantes nordestinos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13. 2007, Recife. *Anais* [...]. Porto Alegre: SBS, 2007. p. 1-10. Disponível em: <https://bit.ly/2FjuY4o>. Acesso em: 20 set. 2019.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **História das Secas (Século XX)**. Natal: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, 1982. Série “C”, v. CCXXVI.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história de nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

SILVA, Antonio P. da. **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia-MG: Edição do autor, 2001.

SILVA, Dalva M. de O. **Memória**: lembrança e esquecimento. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960). 1997. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Jóbio B. **Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba**: reflexões sobre a história da educação profissional pública no pontal do Triângulo Mineiro (1965-1979). 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 73-102.

SILVEIRA, Daiane de Lima Soares; SOUZA, Sauloéber Tarsio de. Relações de gênero e acesso à educação: migrantes nordestinas no pontal mineiro (1950-1960). **Cadernos PAGU**, Campinas, v. 1, p. 1-36, 2019. ISSN 1809-4449. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560014>.

SOUZA, Sauloéber T. Diversidade étnico-cultural e educação no Pontal de Minas Gerais. **Revista Horizontes**, Bragança Paulista, v. 29, n. 2, p. 93-107, jul./dez. 2011.

SOUZA, Sauloéber T. Educação escolar e processos migratórios no Pontal Mineiro (décadas: 1950 a 1990). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/35p73vk>. Acesso em: 20 set. 2019.

UBERLÂNDIA. Dossiê Igreja Nossa Senhora das Dores. **Prefeitura Municipal de Uberlândia**2010. Disponível em: <https://bit.ly/3izyuG0>. Acesso em: 4 fev. 2019.